



Recebimento: 12/8/2019

Aceite: 28/9/2019

## **O MANEJO SUSTENTÁVEL DOS REMANESCENTES DA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO PROSPECTIVO NO PLANALTO NORTE CATARINENSE<sup>1</sup>**

## **THE SUSTAINABLE MANAGEMENT OF THE REMAINING MIXED FOREST OF OMBROPHILOUS AS AN ALTERNATIVE FOR SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT: A PERSPECTIVE STUDY IN NORTH PLATEAU OF SANTA CATARINA**

Alexandre Assis Tomporoski<sup>2</sup>

Valdir Roque Dallabrida<sup>3</sup>

Jairo Marchesan<sup>4</sup>

### **Resumo**

O objetivo deste artigo consiste em apresentar uma proposta de matriz produtiva alternativa, fundamentada no manejo florestal sustentável de remanescentes da Floresta Ombrófila Mista (FOM), aplicável aos municípios que integram a região do Planalto Norte Catarinense, onde atualmente predominam atividades econômicas voltadas à monocultura silvícola, principalmente da espécie *pinus elliotti*, além da fumiicultura, cultivo de cereais (soja e milho), suinocultura e pecuária leiteira. Examina-se, inicialmente, o processo de configuração da atual matriz produtiva, que remonta à formação histórica da região em análise, desde o Caminho das Tropas, no século XVIII, perpassando pelo fenômeno do Coronelismo, até o advento do capital estrangeiro, no início do século XX, e sua influência para a deflagração da Guerra do Contestado (1912-1916). Focalizando nas

<sup>1</sup> O artigo contempla resultados do Projeto de Pesquisa *Desenvolvimento Territorial Sustentável no Planalto Norte Catarinense: alternativas para superar práticas essencialmente produtivistas nos espaços rurais com remanescentes*, executado entre os anos de 2014 a 2016, no âmbito do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade do Contestado - UnC, que se propôs investigar alternativas para superar práticas essencialmente produtivistas nos espaços rurais do Planalto Norte Catarinense, apontando as possibilidades e desafios para sua efetivação. Envolveu investigações inseridas em projetos de Iniciação Científica, Dissertação de Mestrado e orientação de Estágio Pós-Doutoral, tendo como parceiros pesquisadores do Instituto Federal de Santa Catarina e da Epagri (Agência de Canoinhas-SC).

<sup>2</sup> Graduado, Mestre e Doutor em História. Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC). E-mail: alexandre@unc.br.

<sup>3</sup> Geógrafo, Doutor em Desenvolvimento Regional, com atuação no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC), Santa Catarina. E-mail: valdirdallabrida@gmail.com.

<sup>4</sup> Graduado e doutor em Geografia, com atuação no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC), Santa Catarina. E-mail: jairo.marchesan@gmail.com.

perspectivas teóricas de abordagem territorial do desenvolvimento, território e territorialidade, sistemas territoriais complexos e inteligentes, e, tendo por base pesquisas realizadas nos últimos anos, entre seus resultados, o artigo descreve quatro subsetores com potencial para agregar atividades produtivas decorrentes do manejo florestal sustentável da FOM. Dentre as principais conclusões, ressalva-se que a viabilização da proposta apresentada exigirá a superação de algumas barreiras: temores que suscitam da exploração de áreas florestais conservadas; obtenção de apoio das lideranças políticas, sociais e econômicas locais; conflitos de interesses com alguns grupos ou agentes que almejam a manutenção do poder e do controle político. Além de atenuar os impactos negativos sobre os recursos naturais, gerados pela atual matriz produtiva, a implementação de alternativas, baseadas em vantagens diferenciadoras regionais, potencializam o desenvolvimento territorial sustentável.

**Palavras-chave:** Planalto Norte Catarinense. História do Contestado. Floresta Ombrófila Mista. Desenvolvimento Territorial.

### Abstract

We propose possible alternatives for productive activities applicable to the municipalities of the North Plateau of Santa Catarina (NPSC), which has around 40% of soils covered by remaining forests at different stages. Considering the arguments of Haesbaert (2010) regarding to the understanding of the possible alternatives to counter the globalizing practices of political, cultural and economic controls, he breaks the perception that the current productive matrix in the municipalities of NPSC does not contribute significantly to think about sustainable territorial development. From the reconstruction of the historical process of formation of NPSC - integrating the Contestado Territory - since the muleteers, in the eighteenth century, until the advent of foreign capital and its influence on the outbreak of Contested War (1912-1916). It is clear as the structuring of the current productive matrix was. Aiming to identify new potential for productive alternatives, we indicate that the sustainable forest management of the Mixed Forest of Ombrophilous allows exploring new possibilities, which are divided into four sub-sectors: i) sustainable exploitation of non-timber forest products; ii) timber forest management; iii) compensation for environmental services; iv) other uses.

**Keywords:** North Plateau of Santa Catarina. The Contestado History. Araucaria Forest. Alternatives for Productive Activities. Territorial Development.

### Introdução

O presente artigo decorre de uma crítica à atual matriz produtiva vigente nos municípios que integram a região do Planalto Norte Catarinense (doravante denominado simplesmente PNC), cujas consequências, em última análise, implicam a perpetuação de alguns dos piores indicadores socioeconômicos do estado de Santa Catarina e do sul do Brasil.

Com o intuito de transcender as constatações, e, com base em reflexões suscitadas pelos argumentos de Haesbaert (2010), adiante enunciadas, apresentam-se proposições alternativas de desenvolvimento, amparadas no manejo sustentável de remanescentes da Floresta Ombrófila Mista (FOM), que admitem – dadas as potencialidades latentes – a reestruturação da referida matriz produtiva do PNC, a partir da exploração sustentável de produtos florestais não madeiráveis, no manejo florestal madeireiro, em compensações por serviços ambientais e outros usos múltiplos, incluindo o turismo histórico e ambiental.

Para fins de consecução dos propósitos descritos no parágrafo anterior, inicialmente torna-se imprescindível compreender os fatores que culminaram na instauração da atual matriz produtiva. Nesse contexto, cabe destacar que a formação histórica da região contribuiu decisivamente para a

estruturação do atual cenário socioeconômico. Assim, na primeira seção, abordam-se os aspectos históricos pertinentes, ou seja, a partir do Caminho de Tropas, no século XVIII, iniciou-se a colonização da região, incrementada sobremaneira pela chegada de imigrantes europeus, que adentraram o território a partir do século XIX. Nesse período, também ocorreu a construção de uma estrada de ferro e o advento do capital estrangeiro, materializado através da instalação de grandes serrarias para a exploração das riquezas naturais, em especial a rica vegetação (espécies nativas de imbuías, araucárias, canelas, etc), que afetaram o modo de vida da população local e influenciaram peremptoriamente a eclosão de um conflito bélico, a Guerra do Contestado. Essa digressão histórica nos permite compreender o impacto gerado pelo capital estrangeiro na região do PNC, cujos efeitos repercutem significativamente até os dias atuais, em especial, através da estruturação e manutenção de uma matriz produtiva de base extrativista vegetal, além da fumicultura e da produção de cereais.

Objetivando contribuir para a formação de um padrão de desenvolvimento territorial sustentável, nos aspectos social, econômico, cultural e ambiental, na segunda seção, são estabelecidas as bases para elaboração de uma proposta de matriz de produção alternativa, centrada nas potencialidades da região sob análise, resultantes da permanência de enormes áreas de remanescentes florestais, da Floresta Ombrófila Mista, ou Mata das Araucárias.

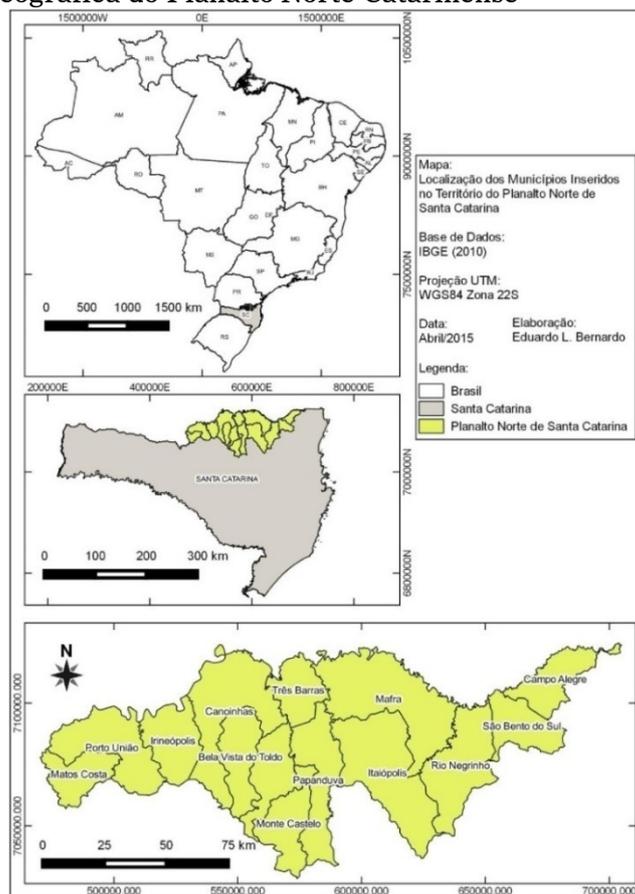
Finalmente, na terceira seção, a partir das considerações sobre o processo histórico de formação da atual matriz produtiva e da identificação do potencial suscitado pelos remanescentes florestais da FOM, apresentam-se prospectivas para geração de novas alternativas de trabalho e renda, visando contrapor ou evitar a expansão da atual matriz produtiva.

Metodologicamente, trata-se de um estudo que contempla a rememoração e análise socioeconômica, histórica, cultural e ambiental, mediante consulta a documentos e à literatura sobre o assunto, além da síntese de pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (Santa Catarina – Brasil), sejam em projetos de pesquisa ou projetos de dissertação e pós-doutoramento.

#### **ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO PNC: trajetórias de ocupação exploratória do território**

Inicialmente, convém situar a área territorial sob análise, o Planalto Norte Catarinense (PNC), conforme ilustrado na Figura 1.

**Figura 1– Localização Geográfica do Planalto Norte Catarinense**



Fonte: IBGE - Adaptado de Eduardo L. Bernardo (2015)

É oportuno estabelecer uma relação entre a configuração do PNC e a divisão geográfica em microrregiões do Estado de Santa Catarina. Conforme se observa na figura 1, a área territorial do PNC é formada pelo somatório das áreas territoriais de 14 (catorze) municípios. Destes municípios, 10 (dez) integram a microrregião de Canoinhas, a qual, por sua vez, corresponde a 01 (uma) das 20 (vinte) microrregiões em que se divide o Estado de Santa Catarina. Este exame em paralelo permite atribuir representatividade ao município de Canoinhas, pois, além de nomear a microrregião a que pertence, integra a região do PNC, sob enfoque.

Segundo a versão oficial, o município de Canoinhas, representativo do PNC, foi fundado por Francisco de Paula Pereira. Após migrar da região de São Bento do Sul para o norte do planalto catarinense, em 1898, instalou-se em meio aos ricos ervais desse território. Tal narrativa atende as versões oficiais, na tendência de supervalorizar alguns indivíduos, os “fundadores”, os “pioneiros”, em detrimento da participação quase sempre decisiva de anônimos: indígenas, peões, agregados, agricultores, etc., (MARTINS, 2009). Portanto, na realidade, quando Francisco de Paula Pereira chegou às margens do rio Canoinhas, aquela área territorial já era conhecida, percorrida e habitada havia muito tempo.

As populações indígenas, das tribos Xoklengs e Kaingangs, habitantes originais da região, foram expulsas pelo avanço do homem branco. Nesse contexto, os tropeiros exerceram papel decisivo na colonização da região. A Estrada de Tropas, aberta em 1728, ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. Ao longo dessa estrada, eram conduzidos os gados vacum, cavalar e muar, comercializados na feira de Sorocaba. A mula, principal mercadoria comercializada pelos tropeiros, foi primeiramente utilizada na extração do ouro e diamante nas Minas Gerais. Mais tarde, foi empregada na produção de café em São Paulo e no Rio de Janeiro. Perdeu importância apenas no final do século XIX, com a expansão das ferrovias (SUPRINYAK, 2008).

Assim, a ocupação e povoamento do PNC, e o surgimento de muitas de suas cidades, decorreu da atuação dos tropeiros. É preciso enfatizar que o comércio fomentado pelos tropeiros, com potencial gerador de tributos, atraiu o interesse das províncias. Isso incitou conflitos relacionados

ao estabelecimento de barreiras fiscais, que pretendiam tributar os produtos comercializados pelos tropeiros, tal como, a título de exemplo, a erva-mate.

O trecho do Caminho de Tropas que entrecortava o PNC, com aproximadamente 200 quilômetros, entre a Serra do Espigão – situada nas adjacências do município de Porto União, oeste do território delimitado pelo PNC e Campo do Tenente, no Paraná, correspondia ao segmento de maior dificuldade para trafegar. Em 1829, após a realização de melhorias, o trecho passou a ser denominado Estrada da Mata. Tratava-se de um percurso de mata densa, áreas úmidas, montanhosas e retalhadas por muitos riachos. Com o avanço dos tropeiros e lavradores, além da chegada das primeiras levas de imigrantes, os indígenas sentiram-se ameaçados, o que gerou inúmeros conflitos<sup>5</sup>.

Nas proximidades do município de Canoinhas, além do tropeiro paranaense ou sul-riograndense, havia elevada quantidade de imigrantes, principalmente poloneses, alemães e ucranianos, que começaram a adentrar a região a partir de 1829, e instalaram a primeira colônia alemã no município paranaense de Rio Negro. A partir dos anos 1890, houve um incremento no número de imigrantes assentados na região, os quais se dedicaram ao trabalho agrícola em pequenas propriedades, ou, em atividades comerciais nas áreas urbanas.

No recorte territorial em referência, ao longo de décadas, a exploração da erva mate consistiu em atividade primordial para a subsistência da população cabocla, formada pela miscigenação dos nativos indígenas, negros e lusos. Fazer erva significava a complementação dos recursos necessários à sobrevivência do caboclo. Após o corte – que durante muito tempo foi executado em ervais devolutos, ou seja, destituídos de controle privado – e o beneficiamento primário, a erva era destinada à prática do escambo, em transações realizadas com pequenos comerciantes da região, os bodegueiros, que reuniam quantidade significativa do produto e o comercializavam com tropeiros ou exportadores da erva, os quais, por sua vez, encaminhavam o produto ao porto de São Francisco do Sul e, em seguida, aos países do cone sul americano, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O controle sobre a erva-mate e o direito de tributá-la, também ocasionou conflitos na região. Para compreender esta assertiva, é necessário entender que a área territorial do PNC esteve sob litígio, envolvida na disputa de divisas entre os estados do Paraná e Santa Catarina. A Questão de Limites, iniciada em 1853, estendeu-se sem solução definitiva até o ano de 1917, incitando ódio e inimizades locais, gerando atritos nas regiões fronteiriças. A cobrança de impostos – incidentes sobre a erva mate e as tropas – e a distribuição de terras a particulares, pelos estados litigantes, configuraram fatores que contribuíram para elevar a tensão (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

Esse contexto socioeconômico, cultural e político, também fora influenciado pela atuação do coronelismo, um fenômeno político mediante o qual os fazendeiros e comerciantes de maior representatividade exerciam seu poder local, em cada região do Brasil. Embora o latifúndio fosse a base que propiciava esse poder, devido à riqueza que poderia produzir, outro fator extremamente relevante consistia no considerável contingente de agregados que orbitavam a terra e seu proprietário. Era significativo o conjunto de pessoas que viviam no entorno da grande propriedade do coronel, formado tanto por peões e agregados, quanto por seus homens de confiança. Além desse grupo, havia fazendeiros de menor expressão, posseiros e lavradores das redondezas, que ofereciam seu apoio e lealdade ao chefe político local e, caso fosse necessário, poderiam se converter em grupo armado para executar ações tanto defensivas quanto ofensivas. Ou seja, esses capangas e agregados também poderiam exercer funções de polícia, em conformidade com as ordens do coronel, o que lhe proporcionava a condição de árbitro em disputas locais (LEAL, 1975).

O Coronelismo nos remete à noção de pacto, uma troca de favores entre o ascendente poder público e os decadentes chefes políticos locais. O advento da República implicou o fortalecimento do poder público local e estadual e, em contrapartida, na debilitação política dos chefes locais, especialmente os latifundiários. Diante da perda gradativa de poder pelos chefes políticos locais, e, dada a necessidade de manutenção de seu domínio político, fundiário e econômico, os coronéis passaram a depender da negociação de alianças e coligações com o Estado, através da figura dos governadores (MURILO DE CARVALHO, 1997).

Os coronéis permitiram, durante muito tempo, que a população cabocla extraísse a erva-mate dos ervais formados em suas propriedades. No entanto, a partir do início do século XX, assume predomínio um processo, estimulado pela Lei de Terras de 1850, de concentração e privatização da propriedade da terra, legitimando sua apropriação pelos grandes fazendeiros. Esse processo resultou

<sup>5</sup> Informação extraída do Jornal O Dezenove de Dezembro, edição de 07/12/1854.

na restrição do acesso dos caboclos aos ervais, afetando profundamente suas possibilidades de subsistência e elevando a tensão social em toda a região (MACHADO, 2004).

Essa conjuntura de gradativa elevação da tensão social agravou-se na primeira década do século XX, com o início da construção de uma ferrovia que interligaria os estados do sul do Brasil. Para este fim, o governo brasileiro estabeleceu contrato com a *Brazil Railway Company*, empresa responsável pela construção do caminho de ferro que cruzaria o PNC, tendo como pontos de partida e de chegada as cidades de Itararé em São Paulo e de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A construção dessa grande linha férrea alterou o modo de vida das populações residentes na região, aumentando o valor econômico das terras e acentuando problemas sociais. Cabe lembrar que uma parcela desses habitantes não detinha título de registro de suas propriedades, figurando na condição de posseiros (TOMPOROSKI, 2013).

Em 1910, foi encerrada a construção do trecho que atravessava o território catarinense, num total de trezentos e oitenta quilômetros, entre a cidade de União da Vitória, no Paraná, e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai. Em 1917, o ramal que interligava União da Vitória, e a cidade portuária de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, foi concluído e colocado em operação. A conclusão deste ramal permitiu o rápido escoamento da produção de madeira e erva-mate do PNC (CARVALHO, 2010).

O contrato para construção da ferrovia estabelecia que a empresa responsável pela empreitada – a *Brazil Railway Company* – teria direito a explorar as terras adjacentes à linha tronco, numa extensão de até quinze quilômetros do leito da linha férrea. Essas terras eram cobertas por milhões de pinheiros ou araucárias, imbuías, canelas pretas, cedros e cabriúvas, além da erva mate. Objetivando extrair e comercializar essa madeira de alto valor econômico e, mais tarde, vender parte daquelas terras a imigrantes europeus, foi constituída uma subsidiária da *Brazil Railway Company*, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Em 1910, a *Lumber* instalou em Três Barras, então território paranaense contestado por Santa Catarina, uma moderna serraria. A empresa instituiu um processo industrial altamente mecanizado, com elevada organização técnica, tornando-se a maior madeireira da América do Sul (CARVALHO, 2010).

O início do processo ocorria com o corte das toras de madeira no meio da floresta, tarefa executada por grupos de trabalhadores que se embrenhavam nas matas, selecionavam e serravam as árvores. Em seguida, as toras que jaziam no chão eram presas por longos cabos de aço – cada qual com centenas de metros de comprimento – e içadas por guinchos movidos a vapor comprimido. As enormes toras eram arrastadas até a margem dos ramais ferroviários, construídos pela própria empresa, que poderiam atingir até trinta quilômetros de extensão. Ao serem arrastadas, destruíam toda a vegetação existente no percurso, ou seja, árvores menores, espécies economicamente menos interessantes e também grandes quantidades de árvores de erva-mate, cuja extração, conforme descrito anteriormente, representava recurso preponderante para a sobrevivência da população pobre que habitava a região. Após chegar à beira dos trilhos, o mesmo guincho erguia as toras e as colocava sobre vagões que eram conduzidos até a serraria, no centro da vila de Três Barras. No interior da indústria, as toras eram serradas, selecionadas e armazenadas mecanicamente. Em seguida, eram carregadas em vagões e transportadas diretamente aos portos de São Francisco do Sul e Paranaguá, de onde eram embarcadas aos destinos, tanto para o exterior quanto para outras regiões do Brasil, ou, por via férrea, ao centro-sul do Brasil, propiciando o crescimento urbano de cidades como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro (TOMPOROSKI, 2013).

Além da exploração da madeira em escala industrial, a partir da década de 1920, a *Lumber* também desenvolveu atividades de beneficiamento e exportação de erva-mate. Conquanto explorasse vastos ervais nativos, localizados nas terras recebidas em concessão ou posteriormente adquiridas, a *Lumber* também comprava a erva-mate de atravessadores locais, os quais acumulavam grandes quantidades adquiridas junto a pequenos produtores/coletores. A empresa, com a utilização de seus próprios ramais e da ferrovia da *Brazil Railway*, incorria em baixos custos com transporte, o que lhe proporcionava vantagem competitiva sobre os demais empresários locais. Além da ferrovia, os rios da região eram utilizados para a distribuição da erva, mediante transporte fluvial em embarcações de médio porte de propriedade da empresa, os vapores “Três Barras” e “Porto Velho”<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Informações extraídas do Balancete da *Lumber Company*, Abr. 1917, p. 12.

A análise de documentos de registros de terras, localizados no Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas, datados a partir de 1914, desvelou fatos importantes acerca da história da exploração da erva-mate no PNC. Dentre os primeiros registros, consta um terreno de setenta e cinco alqueires localizado em região privilegiada da vila, entre as estações ferroviárias de Canoinhas e Piedade, e tendo como um dos limites a linha da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. O terreno foi adquirido pela firma comercial A. Batista Cia., com sede na cidade de Joinville (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOINHAS, p. 07). À época, no período de 1912-1915, o proprietário da empresa ervateira, Abdon Batista, ocupava o cargo de Senador da República.

Aproximadamente um mês depois, uma propriedade vizinha àquela adquirida pela firma joinvilense, foi registrada pelo Major Olímpio Nóbrega de Oliveira, ervateiro que iniciara sua trajetória política ainda em 1892, ao ser eleito vereador no município de São Bento do Sul. Pouco mais de um ano antes de proceder ao registro do imóvel com trinta e nove alqueires, ladeado pela ferrovia, Olímpio estivera durante dois meses na região contestada, exercendo função comissionada subordinado ao governador, com a atribuição de analisar os problemas fiscais e fronteiriços na região (MACHADO, 2004). O vizinho de Olímpio e Abdon era Wolfgang Ammon, proprietário de uma área de vinte alqueires, também paralela à linha férrea (CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANOINHAS, p. 11). Wolfgang era comerciante de erva-mate da região de Campo Alegre e São Bento do Sul.

Com base na análise de informações obtidas a partir dos documentos de registro de propriedades, é plausível afirmar que uma extensa área de terras particulares da então nascente vila de Canoinhas – fundada em julho de 1902 e emancipada em setembro de 1911 – estava sob controle de grandes comerciantes de erva-mate e políticos da região de Joinville.

Portanto, naquele contexto, caracterizado pelo controle da terra exercido tanto pelo capital estrangeiro, representado pela ferrovia e pela *Lumber Company*, quanto pelos coronéis ou grandes comerciantes, depreende-se que a situação dos pequenos posseiros e sitiantes tornara-se insustentável, especialmente em função da privatização dos ervais e do impedimento da exploração da erva-mate. Esse fator consistiu em elemento importante para a deflagração do movimento de revolta dos sertanejos do Contestado (1912-1916), conhecido como Guerra do Contestado (TOMPOROSKI, 2015).

Transcorrido um século, na atualidade, o Território do Contestado, no qual está inserida a região do PNC, continua enfrentando sérios entraves ao seu desenvolvimento. Vários fatores podem ser elencados para explicar as causas dessa conjuntura, no entanto, em sua maioria, decorrem de seu legado histórico. Por exemplo, no que concerne à concentração fundiária, atualmente, os estabelecimentos com menos de 50 (cinquenta) hectares representam 82,7% da quantidade de propriedades rurais, contudo, essas propriedades ocupam somente 28,6% da área total. Por outro lado, aqueles estabelecimentos agropecuários com mais de 500 (quinhentos) hectares correspondem a apenas 1,2% da quantidade de propriedades rurais, mas ocupam 32,2% da área territorial, praticamente um terço da área total (SOUZA, 2009).

Esses dados evidenciam um incisivo processo de concentração da propriedade da terra no território em análise. Tanto grandes proprietários rurais, quanto empresas multinacionais de grande porte, ampliaram seu domínio fundiário, expandindo a cultura de grãos (especialmente a soja) e a silvicultura, esta última destinada à produção de papel e celulose. Além disso, a erva-mate, historicamente elemento fundamental para subsistência dos setores socialmente mais fragilizados da região, inicialmente organizados em cooperativas agrícolas<sup>7</sup>, vem sendo explorada comercialmente por médias e grandes ervateiras, as quais dominam o setor. Esse domínio desestimula a busca, por exemplo, pela agregação de valor à matéria-prima de altíssima qualidade produzida na região. Nos municípios que experimentam esse processo, verifica-se a permanência de significativos índices de pobreza rural. O município de Canoinhas, a título de exemplo, embora apresente significativa produção de *commodities*, ocupa apenas a 92<sup>a</sup> (nonagésima segunda) posição entre os indicadores de IDH-M em Santa Catarina<sup>8</sup>.

Portanto, cabe ponderar acerca das permanências histórico-culturais e socioeconômicas que ainda se encontram presentes no recorte territorial em análise. A partir dessas ponderações, advém

<sup>7</sup> Atualmente, na região do PNC, apenas uma cooperativa continua operando no beneficiamento da erva-mate, situada no município de São Bento do Sul.

<sup>8</sup> Dados do censo demográfico do IBGE realizado no ano de 2010.

a hipótese de que tais permanências impactam no padrão de desenvolvimento contemporâneo do Planalto Norte Catarinense. Ou seja, se perpetuam práticas de controle político, cultural e econômico, não só excludentes e concentradoras, mas, também, fortemente globalizadas.

Não obstante, para avançar além das constatações, faz-se necessário apresentar, a seguir, uma caracterização da região em referência, o que permitirá fundamentar, posteriormente, uma proposta inovadora de matriz produtiva, prospectiva, menos submissa ao ingente capital nacional e internacional, menos excludente e menos concentradora. Isso, por sua vez, não necessariamente implica o abandono das atividades econômicas predominantes na região. No entanto, implica desestimular sua expansão.

**DO PASSADO À ATUALIDADE:** da degradação à permanência de grandes áreas com remanescentes florestais

A Mata Atlântica abrange um conjunto de formações florestais de enorme biodiversidade. Estima-se que no ano de 1500, a Mata Atlântica cobria 15% do território brasileiro, sendo que, atualmente, daquele montante original, existem em torno de 27% de remanescentes fragmentados (CAMPANILI e SCHÄFFER, 2010). No Território do Contestado, em especial no PNC, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) é uma das formações florestais que contém uma grande variedade de espécies. É um ecossistema oriundo de uma formação florestal integrante do bioma Mata Atlântica, também conhecida como mata de pinhais ou floresta de araucária.

A Floresta Ombrófila Mista, ou mata de Araucárias originalmente ocorria em áreas contínuas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estendendo-se em forma de ilhas de vegetação pelos estados do sudeste [...] além da sua espécie arbórea dominante, o Pinheiro do Paraná, esta floresta abriga altas densidades de erva-mate e de inúmeras mirtáceas e lauráceas (TONHASCA JR., 2005, p.15).

A área de ocorrência deste sistema florestal coincide com o clima úmido sem período seco, com temperaturas médias anuais de 18°C, no entanto, com alguns meses nos quais a temperatura média se mantém abaixo dos 15°C.

A Mata Atlântica, na qual está inserida a FOM, é o segundo ecossistema mais ameaçado de extinção no mundo, estando atrás apenas das florestas da ilha de Madagascar, na costa da África. No Estado de Santa Catarina, dados de 1995 e estudos realizados por Schäffer e Prochnow (2002), apontavam a cobertura florestal em 17,46%. A situação atual não deverá ter sofrido mudanças significativas. No PNC, estudos recentes, com base em projeções realizadas a partir da análise de cartas topográficas geradas via satélite, permitem estimar que um intervalo entre 30% a 40% da área mantém remanescentes da FOM, em diferentes estágios<sup>9</sup>.

### Degradação da Floresta Ombrófila Mista

A FOM, ao longo da história de ocupação, sofreu devastação. Sua destruição aconteceu com maior intensidade durante todo o século passado, motivada por questões comerciais de exploração do pinheiro brasileiro, perdas de áreas devido às atividades agrícolas, como a fuminicultura, pecuária, reflorestamentos com espécies exóticas, além da ausência de planejamento ambiental adequado. Contudo, municípios tais como Canoinhas, ainda mantém uma cobertura vegetal de 42,33%. Apesar de uma parcela desta cobertura se constituir por espécies exóticas, a área maior é formada por remanescentes da FOM. Tal montante de cobertura florestal representa um grande potencial de exploração manejada, com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável da região (PETRENTCHUK, 2015).

Vários estudos documentam a devastação da FOM. Um deles, Medeiros et al. (2004, p. 21) relata: “Nas primeiras cinco décadas do século passado, milhões de metros cúbicos de Araucárias foram embarcadas para os estados mais industrializados do Brasil e para vários países”. Outro estudo de Vibrans et al. (2012, p. 158), relata que, “Em razão de sua madeira de ótima qualidade e valor econômico, [...] juntamente com outras espécies, como canelas e cedro, foram exploradas pela

<sup>9</sup> Dados resultantes de projetos de Iniciação Científica orientados no curso de Engenharia Florestal, da UnC: Scolaro (2015); Maciel (2016).

indústria madeireira durante boa parte do século XX”. Tonhasca Jr (2005, p. 15), complementa: “A sua área remanescente é muito pequena devido ao desmatamento para fins agrícolas e extração do Pinheiro do Paraná e de diversas canelas de alto valor comercial”.

A devastação da FOM foi levada a efeito por grandes madeireiras que se instalaram na região. Só uma empresa, a *Southern Brasil Lumber & Colonization Company*, em seu tempo considerada a maior serraria da América do Sul, chegou a serrar aproximadamente trezentos metros cúbicos de Araucária por dia. Marques (2007, p. 53, grifo do autor), complementa que:

A ação desta empresa foi uma das principais causas do desencadeamento da “Guerra do Contestado”, um dos maiores e mais violentos conflitos brasileiro. A exploração madeireira pela *Lumber* durou até 1940, quando o governo federal incorporou a empresa e parte de suas áreas de terras, mas a exploração predatória da Floresta com Araucárias continuou através de inúmeras serrarias nacionais.

Como agravante do referido processo de devastação, na primeira década do Século XX, houve a eclosão da primeira guerra mundial, que provocou o bloqueio de comercialização de uma espécie de pinheiro da Letônia, o que suscitou a grande proliferação de serrarias nos estados do Paraná e Santa Catarina. “Tal fato existiu para suprir a demanda de madeira de grandes centros consumidores do mundo” (PROCHNOW, 2009, p. 22).

Além da exploração da madeira, historicamente, a indústria ervateira movimentou a economia de municípios da região, tal como, Canoinhas. Assim, a base econômica municipal esteve fundamentada em dois principais produtos oriundos da floresta nativa. Um produto de origem florestal não madeireiro, a erva-mate e outro, de origem florestal, as madeiras nobres de araucária, imbuia, canela preta, cedro rosa e bracatinga, utilizadas para fabricação de móveis, pisos e também para a construção civil. Outras espécies não madeiráveis, comuns nessa região, como o xaxim, também foram exploradas, causando uma grande redução nas reservas naturais (VIBRANS et al., 2013).

A exploração desses recursos se deu continuamente de forma descontrolada, levando ao retrocesso econômico dos municípios da região, até que ocorresse uma diminuição da devastação, a partir do final da década de 1980 e meados da década de 1990, em especial, resultante das restrições impostas pela legislação ambiental brasileira, implementada naquela época.

### **Ocupação predatória de municípios do Planalto Norte Catarinense e as consequências regionais da atuação do capital internacional**

O processo predatório de devastação dos recursos naturais da mata Atlântica e da FOM, articulado, em especial, pelo capital internacional, para o fim de suprir necessidades externas, gerou um retorno econômico regional praticamente nulo. Ou seja, a abundância de recursos naturais, a principal riqueza do Território do Contestado e, por extensão, do PNC, foi usurpada, sem resultar em investimentos que pudessem propiciar a dinamização socioeconômica, no momento posterior à devastação. Acrescente-se a isso o fato de que significativa parcela da população nativa foi dizimada pela Guerra do Contestado (1912-1916). Todos esses fatores relacionam o passado histórico à situação atual dos municípios pertencentes ao recorte territorial do Contestado e do PNC.

Ressalte-se que o processo de devastação dos recursos naturais, pode ser considerado com caráter de rapina, articulado desde fora. Sobre isso, assim se posiciona Haesbaert (2010, p. 10):

Podemos é claro falar de um processo globalizador e, concomitantemente, regionalizador hegemônico, aquele envolvido pelos grandes “sujeitos” que pretendem dar as cartas e definir os rumos do capital financeiro, da especulação em diferentes níveis e da mercantilização, generalizada. Este movimento de ocupação a partir dos interesses alheios ao território propõe maneiras de integração, regionalizando sobre a ótica mais conveniente às estratégias de circulação e acumulação do capital internacional.

No Território do Contestado e PNC, isso ocorreu no passado e, infelizmente, permanece vigente atualmente. A questão cultural, o controle político e também a economia, tiveram forte influência desde fora. Sobre esta questão, observe-se como argumenta Haesbaert (2010, p. 11):

[...] as práticas de controle político, cultural e, sobretudo, econômico permanecem cada vez mais vivas e globalizadoras. Torna-se fundamental, portanto, recuperar o entendimento do papel das diferenças enquanto alternativas possíveis para uma nova e quem sabe múltipla dinâmica da sociedade.

Uma reflexão, pautada nos argumentos do autor supramencionado, remete a um questionamento sobre as possíveis alternativas de desenvolvimento que superem, ao menos parcialmente, as restrições da trajetória histórica do PNC. Este assunto será tratado a seguir.

### **As perspectivas de territórios menos subalternos, contrapondo-se ou evitando a expansão da atual matriz produtiva do PNC**

A partir do cenário examinado, com ênfase em questões ambientais, apresentam-se possíveis alternativas à atual matriz produtiva do PNC. Visando favorecer o entendimento, convém discorrer, previamente, sobre duas importantes categorias conceituais: território e territorialidades.

#### **Possibilidades amparadas em perspectivas teóricas**

Admite-se o pressuposto de que uma estratégia de desenvolvimento territorial, na perspectiva da sustentabilidade, precisa atender à dimensão territorialista, ou seja, conceber o território como referência, também chamada de abordagem territorial do desenvolvimento (DALLABRIDA, 2015; 2016; 2017).

Sobre território e territorialidade, Saquet (2015, pg.38-39), sintetiza contribuições de vários autores, assim se referindo:

[...] o território é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, às pessoas. A territorialidade, desse modo, significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados [...].

E mais adiante, completa:

O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas, políticas, culturais e ambientais) historicamente determinadas. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social... [...]" (SAQUET, 2015, p. 45, grifo do autor).

Portanto, interpretando o referido autor, os territórios não resultam do acaso histórico. Especificamente, o Território do Contestado e do PNC, resultam de uma construção socioeconômica determinada pela imposição de cultura alheia, em detrimento e descaracterização da cultura original, concebida para usufruir dos vastos recursos naturais, articulada por um grupo social que representava (e em grande medida continua representando) interesses externos, que se associou às classes sociais dominantes internamente, resultando na atual configuração socioterritorial.

Assim, em conformidade com Covas e Covas (2014, p. 32), o qual afirma que avanços nos territórios subalternos, contrapondo-se ao capital internacional, na busca de uma territorialidade com mais autonomia, implica em construir "sistemas territoriais complexos e inteligentes", o que, segundo os autores, consiste em "[...] transitar de uma *cultura-zona* de territorialidade homogênea, para uma *cultura-rede* de multiterritorialidade". Significa superar a tradicional atribuição de uma

única funcionalidade ao espaço rural (por exemplo, a restrição de uso do solo apenas para cultivos monoculturais), para sistemas de produção integrados, tais como os sistemas agroalimentares ou agroflorestais. Por fim, de acordo com os argumentos de Covas e Covas (2014, p. 46), corresponde a "[...] gerar um fluxo denso de capital social regenerador, uma mistura, mesmo que por vezes caótica, de projetos, ideias, instrumentos, procedimentos e atores novos".

Acerca das categorias conceituais de território e territorialidade, é conveniente referenciá-las em relação ao processo de busca de autonomia territorial. Raffestin (2015, p. 13-14) considera "[...] o conceito de território enquanto resultado de um processo de produção e de territorialidade enquanto sistema de relações". Com base nesse argumento, referindo-se aos territórios em que as dinâmicas territoriais hegemônicas são comandadas por grandes empresas desenraizadas territorialmente, o autor propõe uma pergunta, para a qual apresenta a seguinte resposta:

O que fazem as multinacionais nos territórios onde elas escolhem intervir? Frequentemente destroem os territórios de forma irremediável e definitiva a fim de extrair recursos que lhes interessam. Mas ao mesmo tempo, elas destroem as referências dos homens que neles habitam, ao submetê-los a pressões e a formas de trabalho que se assemelham mais a trabalhos forçados do que a um verdadeiro trabalho humano. É o oposto do desenvolvimento, ou seja, as territorialidades e as temporalidades projetadas não tiveram por finalidade organizar [ou desenvolver o território ou região], mas sim praticar uma economia de rapina [...] (RAFFESTIN, 2015, p. 13-14).

A robustez de argumentação do referido autor incita algumas indagações: o processo histórico de ocupação do Território do Contestado e do PNC contribuiu para a ocorrência de formas de destruição descritas por Raffestin? Essas relações ainda se manifestam no atual cenário socioeconômico?

Portanto, para expressar o que representa propor possíveis alternativas à atual matriz produtiva do PNC, parafraseia-se Saquet (2015): "[...] a construção de processos de desenvolvimento que tenham base nos princípios de participação, cooperação, solidariedade, distribuição de riqueza, preservação ambiental e cultural [...]" (SAQUET, 2015, p. 23). Para o autor: "O desenvolvimento é resultado de um processo histórico e relacional, de múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e naturais" (SAQUET, 2015, p. 23).

As propostas que visam oferecer alternativas de desenvolvimento territorial, com base em múltiplos usos dos solos, na preservação e regeneração dos remanescentes florestais, na forma de "sistemas territoriais complexos e inteligentes" (COVAS e COVAS, 2015), permitem avançar de uma histórica forma subalterna de desenvolvimento, em direção a uma alternativa inovadora, que privilegia a sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental.

## **Diagnóstico do cenário atualmente vivenciado no PNC**

A despeito das indagações proferidas anteriormente, acerca da permanência de formas históricas de ocupação do Território do Contestado e do PNC, suscitam respostas afirmativas, ou seja, a histórica ocupação do Território do Contestado e PNC, alicerçada em atividades produtivas impregnadas de caráter fortemente predatório, que implicam a exaustão dos recursos naturais, articulada, em grande medida, por empresas internacionais, permanece vigente. Os setores de comércio e serviços, e, em particular, o industrial e as atividades relacionadas aos setores silvícola e agropecuário, mantém forte relação com empresas de beneficiamento de matérias primas regionais, cujos produtos destinam-se ao mercado externo e, secundariamente, ao mercado nacional. Nesse sentido, destacam-se os setores industriais de papel e celulose (exceto quanto ao fato de algumas empresas utilizarem, como matéria prima, papel reciclado proveniente dos grandes centros urbanos nacionais) e do fumo. No caso da indústria de papel e celulose, há um impacto significativo na ocupação do espaço rural, pois, visando a continuidade de suas atividades operacionais, amplas áreas são reflorestadas com o plantio da matéria-prima necessária, a saber, a monocultura silvícola de *pinus illiotti* e, em segundo plano, árvores de eucalipto. O fato de empresas do setor de papel e celulose não apenas dominarem o comércio de compra da matéria-prima produzida regionalmente, mas, também, deterem a propriedade de grandes áreas para cultivo próprio, principalmente de

*pinus*, ensejam situações quase monopólicas de oferta<sup>10</sup>. Indubitavelmente, essa conjuntura favorece o controle dos preços das matérias-primas, submetendo a atividade ao domínio do setor industrial multinacional.

Em que pese o domínio exercido por corporações multinacionais no setor de papel e celulose, algo similar ocorre com o setor ervateiro, no qual os produtores têm pouca influência no estabelecimento dos preços e, da mesma forma, constata-se a presença de indústrias ervateiras proprietárias de grandes áreas de cultivo de erva-mate. Os preços praticados regionalmente na compra da matéria-prima, em geral, resultam do comportamento do mercado de exportação, haja vista que a maior parcela da erva-mate é exportada de forma semibeneficiada<sup>11</sup>.

No caso da atividade de fumicultura, a matéria-prima é semibeneficiada regionalmente, todavia, as etapas finais do processo de industrialização ocorrem fora da região de produção, em centros industrialmente mais dinâmicos, inclusive em outros estados. Além de abastecer o mercado interno, uma parcela da produção é exportada. Desse modo, embora congregue milhares de pequenos produtores, configurando uma alternativa para geração de trabalho e renda rural, a atividade apresenta os problemas já conhecidos: (i) há uma forte dependência do produtor em relação à indústria e aos preços das *commodities* no mercado externo; (ii) utiliza elevadas quantidades de agrotóxicos, prejudicando a saúde dos produtores e impactando o meio ambiente, dentre outros.

Assim, seja a indústria de papel e celulose ou a produção de fumo, ambos os setores executam atividades produtivas altamente dependentes do mercado externo. Nas palavras do geógrafo brasileiro, Milton Santos (1985), tais atividades econômicas, classificadas por aquele autor como "enclaves territoriais", são empreendimentos presentes nos territórios, com a finalidade principal de extrair riquezas reconhecidamente escassas mundialmente, em alguns casos, gerando poluição do meio ambiente e, inclusive, suprimindo a sociobiodiversidade, aproveitando-se das condições territoriais favoráveis de solo e clima, submetendo os territórios a uma situação de subalternidade.

De modo mais evidente, certos empreendimentos, que outrora devastaram as florestas nativas, atualmente se mantêm por meio da ocupação de extensas áreas territoriais, que degradam solos férteis, a exemplo da monocultura silvícola. Tais atividades eliminaram no passado e continuam suprimindo, nos dias atuais, a biodiversidade da flora e da fauna. No passado, expulsaram a população nativa e, se não bastasse, contribuíram, ao menos parcialmente, para seu extermínio, através de ações violentas praticadas pelas milícias privadas das empresas estrangeiras e pela cooptação da força policial do Estado. Nesse contexto, também influenciaram peremptoriamente a deflagração da Guerra do Contestado, que ceifou dezenas de milhares de vidas. As consequências danosas desses empreendimentos ainda se manifestam hodiernamente, por exemplo, na medida em que, dada a exigência de se produzir matéria prima para o setor industrial de papel e celulose, estimulam a concentração fundiária, obliterando as pequenas propriedades rurais, elevando a proporção da mão de obra ociosa em âmbito rural e, por conseguinte, ocasionando a formação de favelas urbanas. Enfim, destroem-se comunidades rurais, originalmente imbuídas de opulente história e cultura, pauperizam relações sociais, geram populações favelizadas, impondo aos entes federativos e à sociedade civil o ônus da assistência social.

Em síntese, os setores de papel e celulose e do fumo, que predominam no PNC, exigem ocupação seletiva dos solos, geram poluição e degradação ambiental, impactam desfavoravelmente a biodiversidade. Ou seja, tais setores de produção inviabilizam ou não contribuem significativamente para a retomada de um processo de desenvolvimento territorial sustentável, nem ambientalmente, tampouco econômica e socialmente.

---

<sup>10</sup> Estima-se que uma única empresa instalada no PNC, que atua no ramo de papel e celulose, detenha cerca de 50.000 hectares de área própria, ou, em áreas alugadas de proprietários rurais (dados de domínio público, com base em registros nos cartórios regionais).

<sup>11</sup> É significativa a quantidade de erva mate produzida regionalmente, a qual é exportada para países da América Latina e da América do Norte, da Europa e Ásia. Tal afirmação é corroborada por dados obtidos em uma amostra de empresas, indicando que algumas empresas chegam a exportar algo em torno de 70% de sua produção, na forma de erva mate canchada, portanto, semi beneficiada (DUMKE, 2017). Tal estudo também constatou que a maioria das empresas, submetidas ao procedimento amostral, apresentam baixo nível de inovação, e se encontram desestimuladas em promover inovações num futuro próximo.

## A legislação ambiental brasileira

Apesar de restrições que ainda se mantém em relação a uma efetiva proteção da biodiversidade existente nas florestas, o Novo Código Florestal (Lei nº. 12.651/2012), trouxe algumas perspectivas. O Código Florestal impõe a manutenção de uma Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP's), obrigando o proprietário rural a recompor ou preservar, em sua propriedade, 20% do bioma da Mata Atlântica. Além desses requisitos obrigatórios, os proprietários podem criar, por vontade própria, Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN). Essas exigibilidades, de maneira geral, não são bem aceitas pelos proprietários rurais, aparentemente devido ao fato de tornarem improdutiva uma parcela significativa de suas áreas.

A Reserva Legal (RL) é definida na Lei nº 12.651/2012, cap.1, art. 3º, como:

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

## Possibilidades para uma matriz produtiva inovadora no PNC

Se indagarmos em relação aos os diferenciais existentes no Território do Contestado, em especial, nos municípios que integram o Planalto Norte Catarinense, obtém-se como resposta a presença significativa de áreas florestais conservadas, ou, ao menos, em boas condições de preservação e até ampliação, por meio de manejo florestal sustentável com múltiplos usos. Convém destacar que eventuais temores acerca da exploração de áreas florestais conservadas, no âmbito dos remanescentes da Mata Atlântica, em especial, da Floresta Ombrófila Mista, prontamente se dissipam à luz de estudos de manejo sustentável, que apontam para novas alternativas socioeconômicas, estritamente de acordo com a legislação ambiental atual. Tais alternativas representam possibilidades concretas para readequação de uma matriz produtiva regional, sem necessariamente extinguir a atual, contudo interrompendo sua expansão.

A partir das considerações descritas anteriormente, é possível fomentar alternativas de desenvolvimento que contribuam para a superação de práticas de controle político, cultural e econômico, que permanecem vigentes e cada vez mais vivas e globalizadoras, através da valorização de vantagens diferenciadoras, no caso do PNC, a presença de remanescentes da FOM.

Partindo-se de estudo realizado recentemente (PETRENTCHUK, 2015), percebe-se que um padrão alternativo de desenvolvimento no Planalto Norte Catarinense, indutor de diferentes alternativas de atividades produtivas, resulta do manejo florestal em remanescentes da FOM. Trata-se da estruturação de uma matriz produtiva sustentável e menos dependente da perspectiva globalizadora. No Quadro 1, sintetizamos as principais alternativas, distribuídas em quatro subsetores.

**Quadro 1**– Alternativas de atividades produtivas decorrentes do manejo sustentável de áreas com fragmentos da FOM

SUB-SETORES	Produtos Florestais Não Madeiráveis	Manejo Florestal Madeireiro	Serviços Ambientais	Outros Usos
ALTERNATIVAS	*Frutas *Fármacos *Mel *Sementes (para reflorestamento) *Pinhão *Erva-mate	*Possibilidade de extração sustentável de espécies nativas, como produtos madeiráveis: -uso na construção civil; -lenha para consumo in natura, carvão e derivados	*Biodiversidade *Armazenamento e sequestro de carbono *Serviços hidrológicos *Beleza cênica para usos terapêuticos *Serviços culturais *Pagamento por serviços ambientais: REDD+	*Turismo cultural, histórico e ambiental; *Estâncias de tratamento terapêutico (hotéis e pousadas) *Paisagismo e embelezamento de paisagens *Enriquecimento de florestas por adensamento: ex. araucária, erva-mate...

Fonte: Adaptado de Petrentchuk (2015)

As alternativas descritas no Quadro 1 não são exaustivas, outras poderão ser elencadas. Conquanto se admita que possam ser elaboradas outras alternativas de desenvolvimento sustentável para o PNC, aquelas arroladas no Quadro 1 são suficientes compor uma matriz produtiva inovadora, agregando-se a um conjunto de iniciativas já estabelecido.

## Conclusões

A proposição de alternativas que visam compor uma matriz produtiva inovadora fundamenta-se no argumento de Haesbaert (2010), ao afirmar que uma das formas de se contrapor às práticas globalizadoras de controle político, cultural e econômico, é a valorização das diferenças enquanto alternativas possíveis para uma nova e múltipla dinâmica da sociedade.

A implementação das alternativas, propostas neste artigo, perpassa por um reposicionamento das lideranças políticas, sociais e econômicas do Planalto Norte Catarinense. O aspecto preponderante consiste na conscientização de que, em grande medida, a situação de estagnação no crescimento econômico regional, vivenciada nas últimas décadas, relaciona-se intrinsecamente com a matriz produtiva historicamente vigente. Subsequentemente, cientes de que há alternativas menos concentradoras da propriedade e da renda, menos danosas à economia regional, tais lideranças terão condições de apoiar a sua execução, respaldadas por estudos já realizados (PETRENTCHUK, 2015) e por pesquisas em andamento no âmbito do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Fundação Universidade do Contestado. Consequentemente, a viabilização dessas alternativas poderá representar novas oportunidades de negócios para os empresários da região, incrementando a geração de trabalho e estimulando uma maior circulação de riquezas regionalmente.

Entretanto, há muitos empecilhos à implementação dessas alternativas, e a sua viabilização poderá suscitar conflitos de interesses. Tais proposições representam desvantagens para alguns grupos ou agentes, que as percebem sob a perspectiva de desconcentração do poder de controle político e econômico, dificultando a permanência de posturas sociopolíticas coronelistas, semelhantes às que ocorreram no passado, comuns em regiões nas quais a dinâmica socioeconômica seja controlada por poucas empresas, não enraizadas localmente, muito menos comprometidas com o desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, a manutenção da atual matriz produtiva torna-se mais preocupante na medida em que as principais atividades empresariais, desenvolvidas no PNC, impactam negativamente na preservação dos recursos naturais regionais, degradando o diferencial existente no território analisado. A título de exemplos, citam-se: o cultivo de cereais e do fumo, por meio do uso em escala de agrotóxicos e agroquímicos e, também, o cultivo de extensas áreas de monocultura silvícola, caso do *pinus* e do eucalipto, desgastando solos, consumindo enorme quantidade de água do subsolo, reduzindo a biodiversidade da fauna e flora. Ademais, excetuada a fumicultura, tais atividades utilizam pouquíssima mão de obra, logo, geram poucos empregos, estimulando ainda mais o êxodo rural.

Por fim, cabe enfatizar que as alternativas de atividades produtivas, apresentadas neste artigo, tornam-se relevantes por focalizarem as vantagens diferenciadoras regionais, representadas por grandes áreas com cobertura vegetal nativa, às quais, por meio de processos de manejo florestal, apresentam elevado potencial e admitem alternativas de desenvolvimento, sustentáveis socialmente, economicamente, culturalmente e ambientalmente. Além disso, tais paisagens correspondem ao ambiente ideal para a sobrevivência da erva-mate nativa, a qual, inclusive, poderá obter maior revalorização através do reconhecimento como produto de Indicação Geográfica no Planalto Norte Catarinense, processo que se encontra em fase adiantada de execução (DALLABRIDA et al., 2014).

Não obstante, há necessidade de execução de novos estudos que identifiquem oportunidades latentes de novos negócios sustentáveis. Dessa forma, as alternativas propostas neste artigo concebem-se legítimas, pois objetivam, em última instância, promover a melhoria da qualidade de vida da população residente no PNC.

## Referências

BALANCETE mensal da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, Abr. 1917, p. 12. Consulta no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

CAMPANILI, M.; SCHÄFFER, W. B. **Mata Atlântica: Manual de adequação ambiental**. Brasília-DF: MMA/SBF, 2010.

CARVALHO, M. M. X. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2010.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Sociedade do conhecimento, escalas de governo e governança territorial – um ensaio exploratório e prospectivo para a sociedade portuguesa. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 25-47, jul./dez. 2015.

COVAS, A.; COVAS, M. M. **Os territórios-rede: a inteligência territorial da 2ª ruralidade**. Lisboa: Edições colibri, 2014.

CARTÓRIO de Registro de Imóveis de Canoinhas (CRIC). Consulta Livro de Registro de Imóveis, (consulta realizada em junho de 2017).

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba (PR): Editora CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs, 2016.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico a avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 50, n. 215, p. 304-328, abr./jun. 2015.

DALLABRIDA, V. R. et al. Indicação Geográfica da Erva Mate no Território do Contestado: reflexões e projeções. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 4, n. 2, p. 44-77, jul./dez. 2014.

DUMKE, C. I. **Os desafios da inovação empresarial: um estudo no setor industrial da erva-mate do Planalto Norte Catarinense**. Canoinhas: Universidade do Contestado/Curso de Administração, 2017 (Relatório de Projeto de Iniciação Científica - Artigo 170/2016).

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos Territórios" à Multiterritorialidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. [pg. 03, 10,11,16]

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**, 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo de 2010.

Lei nº. 12.651/2012 (Novo Código Florestal).

MACIEL, A. D. **Caracterização da cobertura e uso dos solos no Planalto Norte Catarinense: um estudo sobre sua evolução e identificação dos diferentes usos**. Canoinhas: Universidade do Contestado/Curso de Engenharia Florestal, 2016 (Relatório de Projeto de Iniciação Científica - FUMDES 2015).

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912- 1916)**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004. [pg. 07]

MARQUES, A. C. **Planejamento da Paisagem da Floresta Nacional de Três Barras (Três Barras-SC): Subsídios ao plano de manejo**. Curitiba: UFPR, 2007. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia. Curitiba: UFPR, 2007.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009. [pg. 04]

MEDEIROS, J. D.; GONÇALVES, M. A.; PROCHNOW, M.; SCHÄFFER, W. B. **Floresta com Araucárias: um símbolo da Mata Atlântica a ser salvo da extinção**. Rio do Sul: Apremavi, 2004.

O Dezenove de Dezembro, jornal, edição de 07 de outubro de 1854.

MURILO DE CARVALHO, J. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 40, n.º 2. Rio de Janeiro, 1997.

PETRENTCHUK, L. W. **Possibilidades e Desafios do Manejo de Fragmentos de Floresta Ombrófila Mista como Alternativa de Desenvolvimento: Um estudo com base na realidade socioeconômica ambiental em Canoinhas (SC)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, Canoinhas (SC), 2015. 146p.

PROCHNOW, M. **O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta: Unidades de conservação da Mata Atlântica**. Rio do Sul: Apremavi, 2009.

RAFFESTIN, C. Prefácio. In: SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das Territorialidades e da temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Consequência, p. 9-19, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das Territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHÄFFER, W. B.; PROCHNOW, M. **A Mata Atlântica e Você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. Brasília: Apremavi, 2002.

SCOLARO, T. L. **Usos do solo e desenvolvimento regional: um estudo sobre a Região da AMPLANORTE**. Canoinhas: Universidade do Contestado/Curso de Engenharia Florestal, 2015 (Relatório do Projeto de Iniciação Científica – CNPq).

SOUZA, A. M. A estrutura fundiária do Território Planalto Norte-SC: Um produto das especificidades históricas. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 2009. [pg. 08]

SUPRINYAK, C. E. O Mercado de Animais de Carga no Centro-Sul do Brasil Imperial: Novas Evidências. *Est. econ.*, São Paulo, 38(2), p. 319-347, abr.-jun. 2008.[pg. 05]

TOMPOROSKI, A. A. **O polvo e seus tentáculos.** A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2013.

TOMPOROSKI, A. A. Os costumes no planalto catarinense: dos embates no movimento sertanejo do Contestado à luta contra as imposições do capital estrangeiro (1912-1919). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, v. 7, n. 14, 2015.

TONHASCA JR, A. **Ecologia e História Natural da Mata Atlântica.** Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

VIBRANS, A. C. *et al.* **Inventário Florístico e Florestal de Santa Catarina:** Floresta Ombrófila Mista. Blumenau: Edifurb, 2013. v. 3.

VINHAS DE QUEIROZ, M. **Messianismo e conflito social:** a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*